

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 48086.004477/2024-73

1. OBJETIVO

1.1. Aquisição de ferramenta para acesso e suporte remoto a usuarios.

2. OBJETO

2.1. Renovação de 30 licenças da ferramenta **Zoom One Corporativo - Licença ANUAL (12 meses)** , para possibilitar videoconferência e solução de acesso e suporte remoto aos colaboradores da CPRM.

DESCRIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTDE.	PREÇO UNIT ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	Renovação de 30 licenças da ferramenta ZOOM ONE CORPORATIVO- LICENÇA ANUAL - 12 meses	15741	UNID	30	1.735,491	52.064,73
TOTAL	52.064,73					

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Na pandemia , quando os colaboradores da CPRM ficaram em home office, os tecnicos de informatica (Helpdesk), utilizaram algumas ferramentas gratuitas para acesso remoto aos computadores dos colaboradores que se encontravam em trabalho remoto, como anydesk ou google remote desktop . Porem, essas ferramentas gratuitas utilizam um protocolo da Microsoft, RDP (Remote Control Protocol) para controle do sistema operacional Windows , presenta na grande maioria do SGB.

3.2. O protocolo RDP vem sendo alvo de milhares de ataques cibernéticos atualmente utilizando portas TCP 3389 ou UDP 3389 , tornando publica a conexão remota e isto constitui uma brecha para os cibercriminosos que se aproveitam destas brechas de insegurança, aumentando os ataques de negação de serviço (DDoS) e os temidos ataques de ramsonware, que também exploram buracos na segurança do protocolo RDP.

3.3. Devido aos milhares de ataques que o protocolo RDP vem recebendo e, para não comprometer a segurança digital, que é um tópico essencial para a DIINFO, a TI não permite mais o uso destas ferramentas gratuitas ou até mesmo as pagas que utilizam o protocolo RDP. A equipe da engenharia de TI testou e aprovou o ZOOM gratuito, mas ele só permite o acesso a uma seção por cerca de 40 minutos. O que é considerado um tempo muito curto para solicitar , dar suporte e finalizar o chamado. Já o Zoom corportivo ele permite abrir uma seção por um tempo indeterminado. E finaliza a seção , fechando a interface GUI e, não permitindo o serviço de aceso remoto ficar rodando em background , evitando assim o acesso indevido de hackers.

3.3.1.

4.

5. DO PRAZO, DO(S) LOCAL(IS) DE ENTREGA E DO(S) CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega é de 05 dias , **cinco** dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.1.1. Unidade: ERJ . Endereço de entrega AV. Pasteur 404 - BLOCO A4 - DIINFO

5.2. O objeto da Licitação será recebido provisoriamente, a partir da entrega, pelo(a)(s) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. O objeto da Licitação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído pelo fornecedor, no prazo assinalado neste Termo de Referência, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital e nos seus anexos.

5.4. O objeto da Licitação será recebido definitivamente no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante recibo.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ocorrer dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O fornecedor quando da entrega do objeto, deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica NF-e e encaminhar via e-mail seu arquivo (XML) para o e-mail [\[digite aqui o e-mail\]](#)

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.7. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, somente após o fornecimento do objeto do Pregão e até o 10º (décimo) dia útil após a data de apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de recibo, atestado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde ocorrerão as respectivas entregas, conforme este Termo de Referência.

5.8. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo fornecedor, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

5.9. No caso de atraso de pagamento, desde que o LICITANTE vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.10. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

5.11. Não haverá compensação financeira correspondente ao período compreendido entre a data do adimplemento e a prevista para pagamento, se não ultrapassar 15 (quinze) dias.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.3. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor.

6.5. Efetuar o pagamento do valor contratado ao fornecedor, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.

6.6. O adquirente não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente fornecimento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.8. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, tais como:

6.8.1. Garantir que o objeto seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

6.8.2. Garantir que o objeto não contenha substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.8.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

6.8.4. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

6.8.5. Treinar, capacitar, periodicamente, os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.1. A entrega do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do adquirente, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e determinará o que for necessário para regularizar as falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do adquirente ou de seus agentes e prepostos.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR FATOS POSTERIORES AO CERTAME

8.1. O fornecedor que cometer infrações estará sujeito às seguintes sanções, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

8.1.1. Multa moratória de até 5% (**cinco por cento**) por dia, em caso de descumprimento do prazo de entrega, sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de **20 (vinte) dias**.

8.1.2. Multa moratória de até 5% (**cinco por cento**) por dia, em caso de descumprimento do prazo de substituição ou reparo do objeto entregue com defeito, sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de **20 (vinte) dias**.

8.1.3. Multa moratória de até 5% (**cinco por cento**) por dia, em caso de descumprimento do prazo de substituição do objeto entregue desconforme as especificações deste Termo de Referência ou da Proposta, sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de **20 (vinte) dias**.

8.1.4. Ultrapassado o limite de 20 (vinte) dias previsto para as hipóteses acima, o fornecedor estará sujeito, ainda, a multa compensatória de até **30% (trinta por cento)** sobre o valor da Nota de Empenho, que poderá ser cancelada.

8.1.5. Multa de até 5% (**cinco por cento**) sobre o valor da Nota de Empenho em caso de cometimento de fraude fiscal.

8.1.6. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas acima estará sujeito a penalidade de Impedimento de licitar e de contratar com a CPRM, pelo prazo de até dois anos.

8.1.6.1. O impedimento de licitar e de contratar com a CPRM resultarão em descredenciamento no SICAF pelo mesmo prazo.

8.1.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

8.1.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.1.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o disposto na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no [Decreto no 10.024, de 20/09/2019](#), na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

8.1.10. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

8.1.11. A autoridade competente, na apuração dos fatos, poderá aceitar as justificativas apresentadas, a seu critério e, na eventual aplicação da(s) penalidade(s), considerará a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao adquirente, observado o princípio da proporcionalidade.

9.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº [Decreto no 10.024, de 20/09/2019](#) cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA FATIMA DA C. SIEBRA, Chefe da Divisão de Informática, Interino(a)**, em 08/10/2024, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2266809** e o código CRC **74337609**.